

KARINA MARZANO

COORDENADORA DE PROJETOS
PROGRAMA REGIONAL
MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA
ENERGÉTICA NA AMÉRICA
LATINA

Novembro 2014

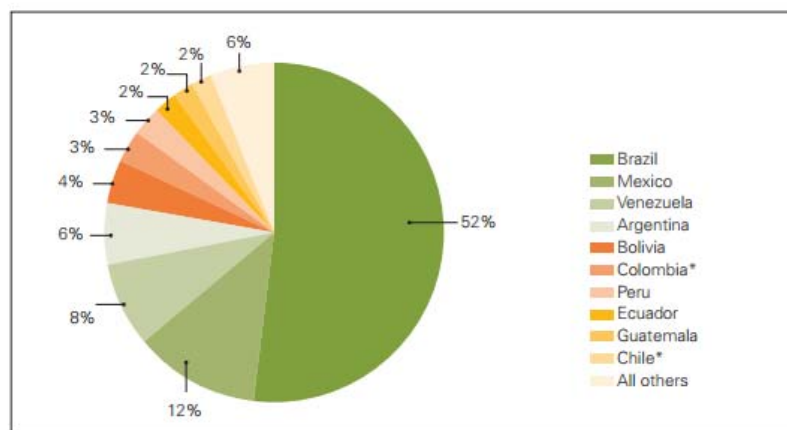
www.kas.de/umwelt-lateinamerika

América Latina e a COP20

Com uma população de aproximadamente 615 milhões de habitantes, e majoritariamente urbana, a região da América Latina e do Caribe vem buscando inserção progressiva nos temas ambientais globais, sobretudo em relação aos desafios das mudanças climáticas. Composta por mais de 40 países, a América Latina apresenta um extenso território, que cobre desde a Patagônia até o México. Dessa diversidade resulta a coexistência de países que apresen-

tam distintos níveis de desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, prevalece uma distribuição desigual da participação dos países nos índices de emissão dos gases de efeito estufa – Brasil e México juntos, por exemplo, representam cerca de 64% das emissões totais da região (52% o Brasil e 12% o México), ao passo que, em termos populacionais, representam apenas 52% dos habitantes da região (32% o Brasil e 20% o México).

Figure 2.2 Country Contributions to Total LAC Emissions, 2005 (%)



Source: Authors' elaboration based on WRI (2012) data.
* These cases do not include land-use emissions.

Source: *The climate and development challenge for Latin America and the Caribbean : Options for climate-resilient, low-carbon development* / Walter Vergara ... [et al.]. 2013, Inter-American Development Bank

Embora a região latino-americana seja responsável por apenas 12% das emissões mundiais de gases de efeito estu-

fa, a América Latina e Caribe estão entre as regiões do mundo mais vulneráveis às mudanças climáticas, conforme

Konrad-Adenauer-Stiftung e.V.

KARINA MARZANO

COORDENADORA DE PROJETOS
PROGRAMA REGIONAL
MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA
ENERGÉTICA NA AMÉRICA
LATINA

Novembro 2014

www.kas.de/umwelt-lateinamerika

destacou a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina (CEPAL) em recentes relatórios. O continente vem sofrendo as consequências adversas das mudanças climáticas: eventos climáticos extremos estão se tornando cada vez mais frequentes, e os níveis dos mares estão subindo. Esse quadro dificulta o alcance das metas de redução da pobreza e de melhora do crescimento econômico, crescimento este que, na última década, teve uma média de 5% na região (enquanto a média da OCDE foi de 2% e a média mundial de 4%). Esse crescimento econômico latino-americano foi acompanhado de um aumento de quase 20% nas emissões de CO₂.

Esse cenário desafiador torna as mudanças climáticas assunto cada vez mais presente na mídia regional, o que reflete a enorme inquietude dos latino-americanos em relação ao tema, quando comparados com o resto do mundo – uma pesquisa recente da Gallup em 100 países indicou México, Colômbia, Venezuela e Equador entre os países mais preocupados com o aquecimento global. O destaque na mídia, no entanto, alcança, principalmente, as populações urbanas mais ricas, sendo menor o alcance em relação às comunidades mais pobres. Parece haver uma tendência de a cobertura midiática focar na perspectiva governamental do te-

ma, sobretudo por parte do poder Executivo.

A preocupação com as mudanças climáticas, porém, ainda não se converteu em efetiva pressão sobre as classes políticas, sendo que o tema permanece relativamente marginal nas campanhas eleitorais. O tema do desenvolvimento sustentável não assume posição central, por exemplo, na campanha eleitoral brasileira em 2014. Mesmo com a intensificação das manifestações populares no Brasil desde 2013, temas como corrupção e reforma política dominam a agenda, e pouca atenção tem sido oferecida aos temas ambientais. Como resultado, a região apresenta uma capacidade política até agora ineficaz no que se refere ao enfrentamento do fenômeno. Haveria, segundo afirma Carolina Zambrano-Barragán, consultora do Ministério das Relações Exteriores do Equador, uma ausência de vontade política dos governos latino-americanos em lidar com a questão. Isso decorreria de uma falta de conhecimento e sensibilidade a respeito do tema, sendo que políticos e tomadores de decisão em geral não teriam consciência dos efeitos que as mudanças climáticas já provocam na região.

No entanto, a Amazônia ilustra bem a dimensão do problema. A Amazônia constitui um componente vital do sistema terrestre – contém a maior diversidade de organismos terrestres do planeta, troca grandes volumes de

Konrad-Adenauer-Stiftung e.V.

KARINA MARZANO

COORDENADORA DE PROJETOS
PROGRAMA REGIONAL
MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA
ENERGÉTICA NA AMÉRICA
LATINA

Novembro 2014

www.kas.de/umwelt-lateinamerika

água e energia com a atmosfera, afeta climas locais e regionais, além de ser um importante reservatório de carbono. Ainda assim, a Amazônia sofreu duas grandes secas em 2005 e 2010, matando árvores e aumentando as emissões de carbono. Uma visão imediatista parece ainda prevalecer no continente, optando-se por estimular o desenvolvimento em baixos padrões de sustentabilidade.

Segundo revela relatório do PNUMA apresentado no contexto da Rio+20, os maiores problemas da América Latina e do Caribe são a falta de vontade política, a continuidade processual limitada decorrente de mandatos de curta duração e instrumentos inadequados para garantir a efetiva aplicação da lei. O tema da governança ambiental adquire, assim, centralidade na agenda regional, e deve ser melhorado. A maioria dos países latino-americanos e caribenhos desenvolveu estruturas legais e institucionais nacionais para questões ambientais, mas sua capacidade de garantir a efetiva aplicação desses instrumentos é limitada. Há espaço para incremento da cooperação também a nível regional. Além disso, os cronogramas de implementação de políticas, programas e projetos nem sempre coincidem com a duração de mandatos políticos.

Para combater essa realidade, torna-se imperioso investir em educação e cultura ambiental, com maior participação

popular. É necessário, ainda, garantir maior autonomia para técnicos ambientais do governo em cargos de chefia, além de incentivar a criação de mecanismos de financiamento criativos para facilitar a independência política.

Dentro das mudanças climáticas, destacam-se os temas energéticos, na medida em que a energia é crucial para se alcançar os objetivos de desenvolvimento. A produção energética, porém, impacta a dinâmica ambiental, sendo, simultaneamente, afetada por problemas do aquecimento. A matriz energética na América Latina, em especial a sul-americana, já se apresenta majoritariamente limpa, sendo as principais fontes de geração de energia na região a hidro energia (33%), gás natural (29%), petróleo e derivados (11%) e o carvão (8%). Esse aspecto apresenta-se relevante em contexto em que 80% da energia mundial deriva de matriz suja (carvão, petróleo e gás).

O consumo energético nos países da região (1300 kg equivalentes de petróleo per capita) é menor que o consumo mundial (1900); o custo por habitante, no entanto, é superior (US\$ 7,8 por kg equivalente de petróleo na América Latina, em contraposição a US\$ 5,5 no mundo).

Apesar desse dado, o continente demonstra um imenso potencial para utilização de energias limpas, como a hidrelétrica (pois o CEPAL calcula que se

Konrad-Adenauer-Stiftung e.V.

KARINA MARZANO

COORDENADORA DE PROJETOS
PROGRAMA REGIONAL
MUNDANÇAS CLIMÁTICAS,
MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA
ENERGÉTICA NA AMÉRICA
LATINA

Novembro 2014

www.kas.de/umwelt-lateinamerika

não se aproveita algo em torno de 10% dos recursos hídricos da área), a solar, a eólica e os biocombustíveis. Esse potencial deve ser aproveitado para o desenvolvimento da região, a partir da construção de uma matriz mais limpa.

Isso já começa a acontecer, merecendo destaque projetos de diversos países da América Latina, em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no qual se espera reduzir, em uma década, o consumo de eletricidade em 10%, mediante a adoção de tecnologias de eficiência energética. Dessa redução do consumo, seriam economizados 36.000 milhões de dólares, que poderiam ser utilizados para ampliar a capacidade de geração de energia. Além disso, o BID investiu 90.000 milhões de dólares entre 2006 e 2011 em energias limpas (dos quais 80% foram investidos no Brasil).

Ao lado do incentivo necessário ao melhor aproveitamento do potencial de energias renováveis da América Latina, tem-se, ainda, a importância de se empreender esforços para aumentar a eficiência energética na região. O Chile, por exemplo, que se encontra em os países mais ricos da América do Sul, apresenta muita margem para aumentar a eficiência energética. Por contar com uma economia de maior produtividade média, poderia incorporar mais rapidamente novas tecnologias climáticas, emergindo no âmbito do mundo desenvolvido.

Investimentos em eficiência energética são vistos como complicados e arriscados – os custos de implementação de sistemas massivos de transporte, por exemplo, em uma região que tradicionalmente adota o modelo rodoviário, são elevados. Os principais benefícios dessas estratégias devem ser concretizados no longo prazo, aumentando a confiabilidade do fornecimento de energia, a produtividade e os níveis de emprego. A continuidade e segurança do fornecimento energético são essenciais para a estabilidade socioeconômica dos países. A importação de combustíveis ocupa uma porcentagem cada vez maior nos orçamentos dos países pequenos, que apresentam uma capacidade média de auto-abastecimento menor do que a média do continente (72%).

Para alcançar desenvolvimento em segurança energética, as atuais políticas europeias, com destaque para a transição energética alemã, quando conhecidas, são vistas como modelo de aprendizagem para a expansão gradativa das energias renováveis. Porém, ainda não há um entendimento amplo sobre as etapas de consecução do projeto alemão da “Energiewende” nem de outras políticas europeias, como a Europa 2020. Nesse sentido, ainda há que se fazer um esforço de divulgação em maiores detalhes dos aspectos técnicos e políticos desses modelos. Há

Konrad-Adenauer-Stiftung e.V.

KARINA MARZANO

COORDENADORA DE PROJETOS
PROGRAMA REGIONAL
MUDANÇAS CLIMÁTICAS,
MEIO AMBIENTE E SEGURANÇA
ENERGÉTICA NA AMÉRICA
LATINA

Novembro 2014

www.kas.de/umwelt-lateinamerika

esperanças por parte dos latino-americanos de parcerias econômicas com a Alemanha, para facilitar a transferência de tecnologias. No entanto, a simples cópia do modelo europeu/alemão dificilmente seria efetiva na região, uma vez que se apresenta necessário respeitar as condicionantes sociais e políticas locais.

Outro aspecto fundamental para as questões climáticas na região é o aprofundamento da cooperação internacional. Todos os países sul-americanos ratificaram a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 1992 (189 signatários) e o Protocolo de Quioto (163 signatários). A atuação concertada internacional da América Latina, porém, depende da capacidade de liderança regional dos países que apresentam melhor governabilidade. Nessa área, pode-se citar o Chile como sendo o mais avançado, com uma construção institucional respeitável, seguido do Brasil. O Brasil tem o dever de liderar porque é um grande emissor regional, além de ter as vantagens de suas dimensões continentais, sua economia, seu peso geopolítico, sua matriz de eletricidade quase descarbonizada, sua capacidade tecnológica, seu capital empreendedor, sua capacidade agrícola e sua alta competitividade no *agribusiness* mundial.

A América Latina tem uma oportunidade única, no ano de 2014, de reposi-

onar a região na agenda internacional das mudanças climáticas. Peru será palco, em dezembro, da 20ª Conferência das Partes da Convenção de Mudanças Climáticas da ONU. Essa será a mais importante sessão de negociações climáticas do ano, quando deve ser alcançado um acordo sobre o texto substitutivo de Quioto, a ser apresentado para assinatura em Paris, em 2015. Essa ocasião se apresenta como boa oportunidade para a região avançar em temas de governança, de modo integrado e cooperativo.